

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2023

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia"; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do primeiro trimestre de 2023.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do segundo trimestre de 2022 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste proforma.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.



Videoconferência de Resultados

Webcast em Português e Inglês: Clique aqui

4 de maio de 2023 quinta-feira Brasília 11h00 Nova York 10h00

André Augusto Telles Moreira Diretor Presidente e DRI

Leonardo Bonorino Gonçalves CFO (interino)

Cristiano Prado Grangeiro Gerente Executivo de RI

Contato RI investor.relations@taesa.com.br

Telefone +55 21 2212 6060



ÍNDICE

1.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2.	RESUMO DO RESULTADO	8
3.	VISÃO GERAL	.10
	3.1. Estrutura Societária	10
	3.2. Estrutura Societária TBE	13
	3.3. Estrutura Societária AIE	13
4.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	.14
	4.1. Desempenho Operacional	14
	4.2. Ciclo da RAP 2022-2023	15
	4.3. Queda de 50% da RAP	16
	4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	18
	4.5. Receita Líquida IFRS	20
	4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	22
	4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS	23
	4.8. Receita Líquida Regulatória	24
	4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	25
	4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório	26
	4.11. Composição do EBITDA Regulatório	26
	4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS	26
	4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória	27
	4.14. Resultado Financeiro Líquido	28
	4.15. Impostos	29
	4.16. Lucro Líquido	32
	4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	33
	4.18. Endividamento	34
	4.19. Investimentos	36
	4.20. Projetos em Construção	36
	4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)	39
5.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	.41
	5.1. Receita IFRS por Concessão	41
	5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	42
	5.3. DRE 1T23	43
	5.4. DRE IFRS 1T23 (Subsidiárias)	44
	5.5. DRE Regulatório 1T23 (Subsidiárias)	45
	5.6. Reconciliação do EBITDA	
	5.7. Balanço Patrimonial	47
	5.8. Fluxo de Caixa IFRS	48
	5.9. Fluxo de Caixa Regulatório	49



1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

RESULTADOS SÓLIDOS MEDIANTE UM CENÁRIO MACRO DESAFIADOR

A Taesa apresentou resultados sólidos e com crescimento no primeiro trimestre de 2023, demonstrando seu compromisso com seus pilares estratégicos de crescimento sustentável, eficiência operacional, disciplina financeira e geração de valor.

A receita operacional líquida regulatória da Companhia, na visão de consolidação proporcional, apresentou um crescimento de 23,9% na comparação com o primeiro trimestre de 2022, totalizando R\$ 828,0 MM. Já o EBITDA regulatório do 1T23 registrou R\$ 733,8 MM, também na visão proporcional, com um crescimento de 25,8% e uma margem EBITDA de 88,6% no período, acima da margem do primeiro trimestre de 2022 (+1,3 pontos percentuais), em função principalmente da entrada em operação nos últimos doze meses dos 5 empreendimentos em construção: ESTE, Aimorés, Paraguaçu, Sant'Ana e Ivaí – os dois últimos com entrada parcial.

Do ponto de vista operacional, a Companhia atingiu 99,88% de índice de disponibilidade das linhas em 2022 e uma parcela variável revertida de R\$ 5 MM em função de um evento pontual e externo a Companhia no ano passado que foi recorrido com sucesso, destacando sua consistência na excelência operacional e gestão de suas linhas de transmissão.

Seguimos dedicados aos nossos empreendimentos em construção com a energização recente de outras fases dos projetos de Sant'Ana e Ivaí, chegando muito próximo a suas conclusões finais, além da assinatura dos contratos de concessão, ao final de março deste ano, dos dois lotes arrematados no leilão de dezembro de 2022. Um deles, a concessão de Saíra, já passa a receber 72,2% da sua RAP total, ou seja R\$ 121,1 MM, a partir de 31 de março. Somando à entrada em operação dos empreendimentos de ESTE, Aimorés e Paraguaçu e parciais de Sant'Ana e Ivaí no ano passado, essas recentes entregas todas adicionam uma RAP de cerca de R\$ 586 MM para a Companhia (ciclo RAP 2022-2023 – adicionado de PIS/COFINS), considerando a participação proporcional da Taesa nessas concessões. Os demais empreendimentos em construção de Ananaí, Pitiguari, Tangará, 2ª fase de Saíra e reforços da Novatrans seguem avançando de acordo com seus respectivos cronogramas e adicionarão a Companhia uma RAP de mais de R\$ 370 MM, quando entrarem em operação comercial.

Em termos de resultado IFRS (contábil), a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 386,8 MM no trimestre, uma redução de 30,9% na comparação ao primeiro trimestre de 2022, em função principalmente da queda da receita de correção monetária do ativo contratual, motivada pelos menores índices macroeconômicos entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M que registrou +0,60% no acumulado do 1T23 contra +4,59% no 1T22.

Cabe destacar que, em 2 de maio de 2023, a Companhia divulgou seu relatório de sustentabilidade, base 2022, com as principais realizações, ações e práticas do Grupo Taesa durante o ano que passou. Entre os destaques, está a evolução da adoção da Matriz de Materialidade, priorização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) associados aos tópicos materiais da matriz, e diversos indicadores sociais e ambientais, além da sua apresentação dentro das normas da Global Reporting Initiative (GRI).

Ainda no primeiro trimestre de 2023, a Taesa concluiu a 13ª emissão de debêntures no montante de R\$ 1 bilhão a CDI + 1,5% com vencimento em 2 anos, o que demonstrou a execução e liquidação bemsucedida de uma operação de dívida mesmo diante de um cenário de mercado desafiador no início de 2023.



Por fim, no dia 27 de abril de 2023, a Assembleia de Acionistas aprovou a destinação do lucro líquido de 2022. O montante total de dividendos e juros sobre capital próprio aprovado sobre o resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 1.244,8 MM (R\$ 3,61 / Unit) incluindo o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes de R\$ 26 MM (R\$ 0,08 / Unit) a serem pagos até 31 de dezembro de 2023, com base na posição acionária de 3 de maio e data-ex em 4 de maio.





MISSÃO

Conectamos o Brasil com energia segura e confiável.



VISÃO

Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.



VALORES

Cuidamos genuinamente das **pessoas**.

Agimos com integridade construindo relações de confiança.

Buscamos a excelência em tudo o que fazemos.

A TAESA somos nós!



2. RESUMO DO RESULTADO

						-	
	Consolidado			Consolidado Consolidado e Participa			ações
R\$ MM	1T23	1T22	Var.%	1T23	1T22	Var.%	
Receita Líquida IFRS	692,9	795,6	-12,9%	1.150,9	1.263,4	-8,9%	
Lucro Líquido IFRS	386,8	559,9	-30,9%	386,8	559,9	-30,9%	
Receita Líquida Reg.	598,1	526,1	13,7%	828,0	668,4	23,9%	
EBITDA Reg.	521,9	454,4	14,8%	733,8	583,5	25,8%	
Margem EBITDA Reg.	87,2%	86,4%	0,9 pp	88,6%	87,3%	1,3 pp	
Dívida Líquida	8.354,5	6.136,1	36,2%	10.323,7	7.973,1	-100,0%	
Dívida Líquida/EBITDA				3,9	3,8	3,2%	

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 386,8 MM no 1T23, registrando uma queda de 30,9% quando comparado ao mesmo período de 2022, devido principalmente a:
 - (i) Menores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados (IGP-M: +0,60% 1T23 versus +4,59% 1T22; IPCA: +2,00% 1T23 versus +2,30% no 1T22), com reflexo direto na receita de correção monetária do ativo contratual de todas as concessões da Companhia.
 - (ii) Redução na margem de implementação de infraestrutura em função da entrada em operação de ESTE, Aimorés, Paraguaçu e parcial de Sant'Ana. Estes efeitos foram compensados em parte pelos investimentos iniciais em Ananaí e pelos investimentos finais em Ivaí.
 - (iii) Os efeitos mencionados acima que afetaram as participações da TAESA contribuíram para a redução de 11,0% entre 1T23 e 1T22, na linha de equivalência patrimonial.
 - (iv) Aumento de 23,5% na despesa financeira líquida decorrente do aumento do volume médio da dívida e do CDI entre os períodos comparados, compensados em parte pela contração do índice de inflação IPCA.
 - (v) Estes efeitos foram compensados por:
 - a. Aumento na receita de Operação e Manutenção explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP (2022-2023) e pela entrada em operação de Sant'Ana (parcial), ESTE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (parcial).
 - Aumento na receita de remuneração do ativo contratual como resultado da entrada em operação dos empreendimentos acima mencionados, além do impacto da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses.
 - c. Melhora de R\$ 27,8 MM na Parcela Variável, entre 1T23 e 1T22, em função da reversão parcial da PV contabilizada no 4T22 referente a queda de torres na concessão Novatrans, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao SIN, além de eventos não recorrentes, externos e alheios à Companhia, registrados no 1T22 na ATE e Novatrans.
- A Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2023 aprovou a destinação dos resultados de 2022 com um montante total de dividendos e juros sobre capital próprio aprovado sobre o resultado do exercício de R\$ 1.244,8 MM (R\$ 3,61 / Unit), que inclui o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes de R\$ 26 MM (R\$ 0,08 / Unit) a serem pagos até 31 de dezembro de 2023, com base na posição acionária do dia 3 de maio 2023 e data-ex em 4 de maio de 2023.



RESULTADO REGULATÓRIO

- Lucro líquido regulatório, que reflete a geração de caixa da Companhia, registrou um aumento de 47,3% entre 1T23 e 1T22, totalizando R\$ 215,4 MM, como resultado principalmente da entrada em operação dos empreendimentos Sant'Ana (parcial), ESTE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (parcial) durante o ano de 2022.
- A receita líquida totalizou R\$ 598,1 MM no 1T23, registrando um crescimento de 13,7% em relação ao mesmo período de 2022, explicado pela entrada em operação parcial de Sant'Ana e pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023.
- O EBITDA totalizou R\$ 521,9 MM no 1T23, apresentando um aumento anual de 14,8%. A margem EBITDA ficou em 87,2% no trimestre (+0,9pp contra 1T22).
- Crescimento anual de R\$ 62,8 MM na equivalência patrimonial, explicado pela entrada em operação de Ivaí (parcial), Aimorés, Paraguaçu e ESTE, pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023, e pelas menores despesas financeiras em Ivaí.
- Aumento de 23,6% nas despesas financeiras líquidas, resultado do aumento do volume médio da dívida e do CDI entre os períodos comparados, compensados em parte pela contração do índice de inflação IPCA.
- Em 31 de março de 2023, a dívida bruta da Companhia encerrou em R\$ 9.404,8 MM, um aumento de 14,8% contra o 4T22. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.050,3 MM (redução de 3,9% versus 4T22), resultando em uma dívida líquida de R\$ 8.354,5 MM (aumento de 17,6% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 3,9x (versus 3,7x no 4T22).
- Índice de disponibilidade foi de 99,88% e uma Parcela Variável (PV) contábil revertida em R\$ 5 MM, equivalente a 0,77% da RAP, no 1T23.



3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 43 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 14 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saíra); e (iii) 19 participações (ETAU, AIE e TBE).

A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do segundo trimestre de 2022, os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofreram este ajuste proforma.

Há 7 empreendimentos de grande porte (Sant'Ana, Ivaí, Ananaí, Pitiguari, Tangará, Saíra e reforços da Novatrans) que estão em fase não operacional.

Em 2 de maio de 2023, a Taesa energizou o trecho de LT Livramento 3 – Santa Maria 3 e SE Santa Maria 3. Assim que o ONS conceder o Termo de Liberação desta instalação, o projeto acrescentará para a Companhia uma RAP de cerca de 27,4% da RAP total do empreendimento, retroativo a 2 de maio de 2023. A partir desta data, o empreendimento de Sant'Ana passará a receber aproximadamente 82,8% da sua RAP total, já contando com as energizações parciais ocorridas em abril e dezembro de 2022. Sant'Ana é um empreendimento do lote 12, do leilão de transmissão nº 004/2018, realizado em dezembro de 2018, 100% controlada pela Taesa. Sant'Ana apresenta uma RAP total de R\$ 77,8 MM para o ciclo 2022-2023. O empreendimento está localizado no Estado do Rio Grande do Sul com extensão aproximadamente de 591 km de linhas de transmissão. O prazo estipulado pela ANEEL para a sua energização é julho de 2023, alterado após publicação da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.926/2020, que conferiu 4 de meses de postergação da entrada em operação comercial como medida de enfrentamento dos efeitos da pandemia.

Em 30 de março de 2023, a Taesa assinou os contratos de concessão dos lotes 3 e 5 referentes ao Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2022, realizado em dezembro de 2022. O lote 5 é chamado de Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Saíra") e fica situado entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com extensão já construída de 743 km de linha e três subestações, sendo a SE Garabi uma conversora denominada de back-to-back que possibilita a exportação e importação de energia elétrica para Argentina. O empreendimento tem um investimento previsto de R\$ 1.176 milhões (Capex ANEEL), e uma RAP de R\$ 167,7 MM já adicionada de PIS/COFINS. Como parte do valor do investimento, a Companhia realizou o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior, passando a realizar toda a operação e manutenção, garantindo assim, a partir de 31 de março, a contabilização de 72,2% da sua RAP total, equivalente a R\$ 121,1 MM. Uma vez concluídas as obras de revitalização, cujo prazo regulatório para conclusão é de 60 meses, serão acrescentados os 27,8% remanescentes da sua RAP total para a Companhia. O lote 3 é chamado de Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Tangará") e fica situado nos Estados do Maranhão e Pará, com 279 km de extensão sendo 72 km de circuito duplo. Tangará tem um investimento previsto de R\$ 1.117 milhões (Capex ANEEL) com prazo regulatório de conclusão da obra de 60 meses e acrescentará uma RAP de R\$ 100,7 MM, já adicionada de PIS/COFINS, a partir da sua entrada em operação.

Em 7 de dezembro de 2022, o empreendimento de Sant'Ana obteve o termo de liberação da ONS para as instalações LT Livramento - Maçambará 3, SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará - Santo Ângelo em Maçambará 3 C1, passando a adicionar para a Companhia uma RAP de 32% da RAP total do empreendimento, retroativo a 30 de novembro de 2022. A partir desta data, o empreendimento de Sant'Ana passou a receber aproximadamente 55% da sua RAP total, já contando com a energização parcial ocorrida em abril de 2022.

Em 10 de novembro de 2022, o empreendimento de Ivaí obteve o termo de liberação pela ONS do corredor de 525kV dos trechos LT Foz do Iguaçu-Guaíra, LT Guaíra-Sarandi e LT Sarandi-Londrina, com extensão de aproximadamente 511 km em circuito duplo, passando a adicionar aproximadamente 72% da RAP total do projeto



para a Companhia, retroativo a 1º de novembro de 2022. Adicionalmente, em dezembro e janeiro 2022, mais trechos do empreendimento foram entregues, chegando à liberação de cerca de 90% da RAP total do projeto para a Companhia. Ivaí é um empreendimento referente ao lote 1, do leilão de transmissão nº 005/2016, realizado em abril de 2017, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 398,5 MM para o ciclo 2022-2023 e está localizada no Paraná, com extensão de 593 km de linha em circuito duplo, com tensões de 230 kV e 525 kV, interligando a 5 subestações.

Em 4 e 25 de outubro de 2022, sob as Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, a Taesa obteve autorização para implantar reforços nas instalações de Novatrans. Novatrans entrou em operação em junho de 2003 e atualmente interliga as regiões Norte e Sudeste, com aproximadamente 1.278 km de 500kV de linhas de transmissão e 6 subestações passando pelos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. As REAs acima autorizam a substituição de 3 Bancos de Capacitores Séries nas subestações de SE Imperatriz, SE Colinas e na saída de linha LT 500kV Colinas-Imperatriz C2. Com um investimento previsto de R\$ 262,6 MM (Capex ANEEL), os projetos terão um prazo regulatório de 30 meses para conclusão e acrescentarão para a Companhia uma RAP de R\$ 45,0 MM (ciclo 2022-2023) a partir da sua energização.

Em 27 de julho de 2022, o empreendimento de Paraguaçu obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de R\$ 78,6 MM de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2022-2023. Paraguaçu é um empreendimento referente ao lote 3, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 157,3 MM para o ciclo 2022-2023 e está localizada nos estados de Minas Gerais e Bahia, com extensão de 338 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2.

Em 30 de junho de 2022, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL 01/2022, situado em Santa Catarina, com extensão de 92,7 km, sendo 66,7 km de circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 243,2 MM (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Pitiguari"), terá um prazo regulatório de 54 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 19,5 MM a partir da sua entrada em operação. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 30 de setembro de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em 6 de maio de 2022, o empreendimento de Aimorés entrou em operação comercial, passando a adicionar o valor de R\$ 52,7 MM de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2022-2023. Aimorés é um empreendimento referente ao lote 4, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 105,4 MM para o ciclo 2022-2023 e está localizada no estado de Minas Gerais, com extensão de 208 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6.

Em 1º de abril de 2022, o empreendimento de Sant'Ana obteve os termos de liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), ambas com tensão de 230 kV, e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3. Com isso, as instalações entraram em operação comercial com uma antecipação de quase 12 meses em relação ao prazo ANEEL, passando a adicionar para a Companhia uma RAP de mais de 23% da RAP total do empreendimento, retroativa a 28 de março de 2022.

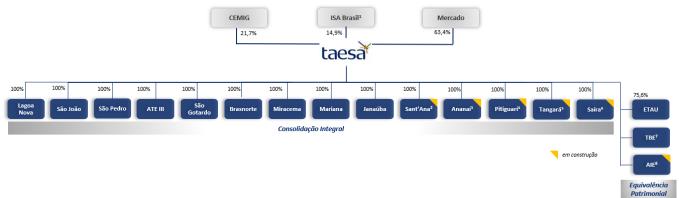
Em 18 de fevereiro de 2022, o empreendimento de ESTE obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, passando a adicionar para a Taesa uma RAP de R\$ 74,5 MM (ciclo 2022-2023). ESTE é um empreendimento do lote 22, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, 100% controlada pela subsidiária EATE, na qual a Taesa possui de 49,98% do capital social total. A ESTE possui uma RAP total de R\$ 149,0 MM para o ciclo 2022-2023 e está localizada entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo a linha de transmissão LT 500 kV Mesquita - João Neiva 2, de cerca de 236 km de extensão, e a subestação SE 500/345 kV João Neiva 2.

Em 17 de dezembro de 2021, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 1, o maior lote do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2021, situado entre os Estados de São Paulo e Paraná, com extensão de 363 km em circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 1,75 bilhão (Capex ANEEL). O empreendimento, chamado de Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Ananaí"), terá um prazo regulatório de 60 meses para conclusão e



acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 159,9 MM (ciclo 2022-2023) a partir da sua entrada em operação. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Todos os valores de RAP mencionados acima estão adicionados de PIS/COFINS. Para maiores detalhes, vide seção 4.2.



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.



² Sant'Ana – Foram entregues os trechos de LT 230 kV - Livramento 3 - Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 - Cerro Chato (C1) e parte da subestação SE 230 kV Livramento 3, LT Livramento - Maçambará 3, SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará - Santo Ângelo em Maçambará 3 C1, e LT Livramento 3 – Santa Maria 3

³ Ananaí corresponde ao Lote 1 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2021, assumido formalmente pela Companhia em 31/3/2022, quando o contrato de concessão foi assinado. ⁴ Pitiguari corresponde ao Lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 01/2022, assumido formalmente pela Companhia em 30/9/2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

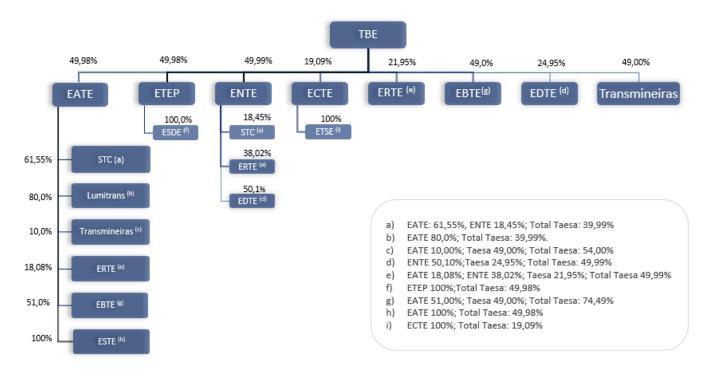
⁵ Tangará corresponde ao Lote 3 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2022, assumido formalmente pela Companhia em 30/3/2023, quando o contrato de concessão foi assinado.

⁶ Saíra corresponde ao Lote 5 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2022, assumido formalmente pela Companhia em 30/3/2023, quando o contrato de concessão foi assinado.

⁷TBE – Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. A gestão operacional das concessões Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE.

⁸ AIE – Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 empreendimentos. Aimorés e Paraguaçu foram entregues em maio e julho de 2022, respectivamente, e Ivaí entrou parcialmente em operação em novembro de 2022.

3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

🧡 em construção

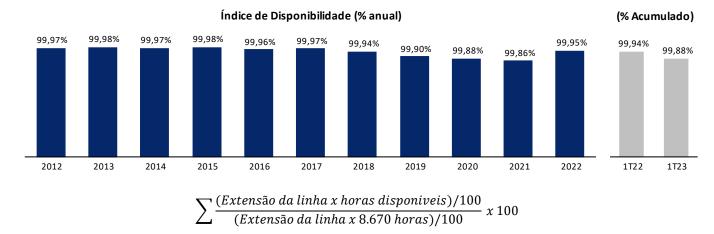


4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no primeiro trimestre de 2023, um índice disponibilidade de 99,88%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



A PV contabilizada no 1T23 resultou em uma reversão de R\$ 5 MM, equivalente a 0,77% da RAP do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável deste trimestre foram os seguintes: (i) Novatrans: reversão parcial de provisão pela queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2 ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, conforme amplamente noticiado na mídia, portanto, externo e alheio à Companhia; (ii) Brasnorte: queda de torre na LT 230 kV Brasnorte/Nova Mutum C1 e C2 por colisão de máquina agrícola, em fevereiro de 2023; e (iii) TSN: desligamentos automáticos e operação restritiva no compensador estático da SE Bom Jesus da Lapa II decorrente de um curto e subsequente manutenção do disjuntor, em fevereiro de 2023.



4.2. Ciclo da RAP 2022-2023

Em 14 de julho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.067/2022 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2022-2023, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023, afetando, portanto, o resultado da Taesa somente a partir do 3T22. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 10,72%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 11,73%.

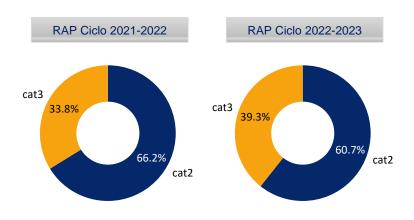
	Ciclo	Ciclo	Ciclo
RAP (R\$ MM)	2020-2021	2021-2022	2022-2023
Ajuste IGP-M	6,5%	37,0%	10,7%
Novatrans	352,5	483,3	535,4
TSN ²	325,1	454,6	506,2
Munirah	29,0	29,9	33,1
GTESA	5,9	8,1	8,9
PATESA ²	17,4	23,9	26,7
ETAU ¹	29,9	39,1	43,2
ETEO	105,4	144,4	159,9
NTE	92,1	126,1	139,9
STE	50,6	69,5	77,2
ATEI	115,1	122,1	135,3
ATEII	275,5	273,6	211,8
EATE 1	130,6	179,0	198,3
ETEP 1	29,4	40,3	44,6
ENTE ¹	67,3	92,2	102,1
ECTE ¹	10,8	14,9	16,5
ERTE 1	15,3	21,0	23,2
Lumitrans 1	12,7	17,4	12,1
Transleste ¹	19,3	18,0	20,0
Transirapé ¹	22,2	29,4	23,5
Transudeste ¹	16,3	18,4	12,4
Subtotal	1.722,3	2.205,1	2.330,3
Ajuste IPC-A	1,9%	8,1%	11,7%
ATE III 24	140,7	152,3	158,9
São Gotardo	5,7	6,2	6,9
Mariana	17,1	18,4	20,6
Miracema	70,5	77,4	86,4
Janaúba	217,9	235,4	257,6
Aimorés ¹	44,6	48,1	52,7
Paraguaçu ¹	66,5	71,9	78,6
Brasnorte	31,0	33,9	37,8
STC 14	20,0	21,7	18,0
EBTE 1	40,1	44,5	48,5
ESDE ¹	7,5	8,1	9,1
ETSE 1	4,3	5,0	6,5
ESTE 1	63,0	68,1	74,5
Ivaí 13	165,0	178,3	199,2
EDTE 1	38,8	41,9	46,1
Sant'Ana 3	64,4	69,6	77,8
São João	51,7	55,9	62,4
São Pedro	48,3	60,1	67,2
Lagoa Nova	13,3	14,4	16,1
Ananaí ³		143,1	159,9
Pitiguari ³			19,5
Tangará (Lote 3) 35			100,7
Saíra (Lote 5) 35			167,7
			10/,/
Subtotal	1.110,4	1.354,6	1.772,7

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2022-2023 é de R\$ 4.103,0 MM, sendo 44,7% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2022-2023 ficou em R\$ 3.519,7 MM, contra R\$ 2.981,7 MM para o ciclo 2021-2022, considerando a entrada em operação de ESTE em fevereiro, parcial de Sant'Ana em abril e dezembro, Aimorés em maio, Paraguaçu em julho e parcial de Ivaí em novembro e dezembro de 2022.

O reajuste da RAP para o ciclo 2022-2023 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) ATE II, ATE III, Lumitrans, Transirapé, Transudeste e STC sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) TSN e PATESA apresentaram entrada em operação de reforços; (iii) Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, EBTE, ETSE, ESTE e EDTE apresentaram efeito de revisão tarifária; e (iv) Brasnorte apresentou efeito de revisão tarifária em seus reforços.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saíra foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às demais concessões da tabela.





¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Em Construção

⁴ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁵ Contratos das concessões serão assinados em 30/03/2023

4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021, 2021-2022 e 2022-2023, as seguintes concessões atingiram o 16° ano de operação¹:

- ETEO: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- ECTE³: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% da RAP entrou em 26/3/2017.
- ETEP³: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE**³: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN**³: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- GTESA: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- NTE: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- STE³: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- PATESA³: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- ERTE³: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- ENTE: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- ETAU³: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- Munirah: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- ATE I: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- Transleste: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- ATE II: 100% da RAP da ATE II entrou no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- Transudeste: 100% da RAP da Transudeste entrou no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- Transirapé³: 45,1% da RAP da Transirapé entrou no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- Lumitrans³: 99,9% da RAP da Lumitrans entrou no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- STC³: 71,9% da RAP da STC entrou no 16º ano de operação em 8/11/2022.

Para o ciclo futuro 2022-2023, a seguinte concessão irá atingir o 16º ano de operação1:



• ATE III³: 54,4% da RAP da ATE III entrou no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% entrará em 23/5/2023.

Notas:

- O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
- 2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
- 3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.



4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

O Ativo de Contrato de Concessão é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto, que se refere ao custo de capital do ativo avaliado à época da sua aquisição.

FLUXO DE CAIXA DO PROJETO

Período de Construção do Projeto Período de Operação Total da Concessão Prazo Máximo: 5 anos 25 anos de concessão 30 anos Receita Anual Permitida (RAP) Capex Anual (Custo de Implementação de Infraestrutura) Taxa do Projeto Taxa do Projeto VF CII* Recebíveis** Início de Operação do Projeto VP Recebíveis – VF CII Margem % = O cálculo da <u>Margem de Implementação de Infraestrutura</u> é feito pela diferença entre o VP Recebiveis e o VF CII: VF CII Receita de (i) VF CII = VP Recebíveis → Margem de Implementação = 0 Implementação = CII realizado $\times (1 + Margem \%)$ (ii) VF CII > VP Recebíveis Margem de Implementação < 0 → Margem de Implementação < 0 → Margem de Implementação > 0 (iii) VF CII < VP Recebíveis de Infraestrutura * VF CII: Valor Futuro do Custo de Implementação de Infraestrutura ** VP Recebíveis: Valor Presente das RAPs (excluindo O&M) e do saldo residual a ser indenizado *** Fluxo do último ano da concessão inclui a RAP (excluindo O&M) e o saldo residual a ser indenizado

No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo de Contrato de Concessão), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura constitui uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Em outras palavras, a receita de implementação é calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também os juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão. Portanto, no Ativo de Contrato de Concessão a margem de implementação impacta a Demonstração de Resultados do projeto.

A receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e é contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

Após a entrada em operação, o Ativo de Contrato passa a ser corrigido mensalmente pela inflação (IGP-M ou IPCA, de acordo com cada concessão), calculado pela correção monetária dos recebimentos futuros trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto. A receita de O&M é uma parcela da RAP destinada a remunerar a operação e a manutenção dos ativos da concessão.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:



- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$ 113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de /R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (incluso o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.
- (v) Para o Exercício Social de 2021, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 408.098.711,76 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.
- (vi) Para o Exercício Social de 2022, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 207.632.058,23 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.

É importante ressaltar que para o exercício social de 2021, 2022 e primeiro trimestre de 2023 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que diz que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.832.430.468,27, sendo R\$ 1.698.618.543,59 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 133.811.924,68 como Reserva Legal (5%).

Em 31 de março de 2023, os ajustes gerados pela adoção do CPC-47 no resultado líquido somam R\$ 74.683.496,84, contabilizados na conta de Lucros Acumulados.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 (Margem de Construção) são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.



4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 1T23 foi de R\$ 692,9 MM, 12,9% menor que o 1T22, em função principalmente da queda na receita de correção monetária motivada pela contração dos índices inflacionários entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do primeiro trimestre de 2023 foram: IGP-M de +0,45%, +0,21% e -0,06% (acumulado +0,60%), e IPCA de +0,62%, +0,53% e +0,84% (acumulado +2,00%), referente aos meses de dezembro de 2022 e janeiro e fevereiro de 2023, respectivamente. No primeiro trimestre de 2022, o IGP-M foi de +0,87%, +1,82% e +1,83% (acumulado +4,59%), e IPCA de +0,73%, +0,54% e +1,01% (acumulado +2,30%), referente aos meses de dezembro de 2021 e janeiro e fevereiro de 2022, respectivamente.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

Receita Operacional Liquida - IFRS (Consolidado)			
R\$ MM	1T23	1T22	Var.%
Operação e manutenção	267,2	239,9	11,4%
Remuneração do ativo contratual de concessão	267,5	254,1	5,3%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	136,4	333,2	-59,1%
Implementação de infraestrutura	75,1	49,9	50,5%
Total Receitas IFRS	746,2	877,0	-14,9%
Parcela variável	5,0	(22,8)	n/a
Outras receitas operacionais	7,5	6,9	9,0%
Receita operacional bruta	758,7	861,1	-11,9%
PIS e COFINS	(41,5)	(46,8)	-11,2%
ISS	(0,1)	(0,1)	18,3%
ICMS	(0,0)	(0,0)	184,8%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(24,1)	(18,6)	29,7%
Deduções da receita operacional bruta	(65,8)	(65,4)	0,5%
Receita operacional líquida	692,9	795,6	-12,9%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- Operação e manutenção: O aumento anual de 11,4% da receita de O&M se deve principalmente ao reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023, de 10,72% no IGP-M e 11,73% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de junho de 2021 a maio de 2022, conforme Resolução Homologatória nº 3.067/2022.
- Remuneração do ativo contratual de concessão: Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O crescimento de 5,3% na comparação anual se deve principalmente à entrada em operação parcial de Sant'Ana, além do impacto material da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses que mais que compensou a queda natural desta receita em função da amortização do ativo pelos recebimentos.
- Correção monetária do ativo contratual de concessão: Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou uma queda anual de 59,1% em razão da contração dos índices de inflação registrados nos períodos comparados, principalmente o IGP-M (+0,60% no acumulado do 1T23 versus +4,59% no 1T22 no IGP-M, e +2,00% no acumulado do 1T23 versus +2,30% no 1T22 no IPCA), conforme apresentado mais acima.



- Implementação de infraestrutura: Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. O crescimento anual de 50,5% na receita de implementação se deve basicamente aos investimentos iniciais em Ananaí.
- Parcela variável (PV): A Parcela Variável (PV) registrou uma reversão de R\$ 5 MM no 1T23, apresentando uma melhora de R\$ 27,8 MM na comparação entre o 1T23 e o 1T22 em função da reversão parcial da PV contabilizada no 4T22 referente a queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2 (Novatrans) ocorrida em dezembro passado, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, conforme amplamente noticiado na mídia. A variação também foi impactada pelos eventos não recorrentes registrados no 1T22 na ATE (queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP, ocorrida em outubro de 2021, por evento climático severo) e na Novatrans (desligamento intempestivo ocasionado na LT 500 kV Serra da Mesa-Gurupi C2, em ocorrido em maio de 2021), ambos permanecendo em processos administrativos e judiciais devido a imprevisibilidade e inevitabilidade destes eventos fortuitos.
- Outras receitas operacionais: Essas despesas ficaram praticamente em linha na comparação entre o 1T23 e o 1T22.
- Deduções da receita bruta: Essas despesas ficaram praticamente em linha na comparação entre o 1T23 e o 1T22. O aumento dos encargos setoriais segue a variação da Receita Anual Permitida, compensada em parte pela redução de PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15)



4.6. Custos, Despesas, /Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 150,7 MM no 1T23, 35,8% maior quando comparado ao 1T22.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	1T23	1T22	Var.%
Pessoal	(53,1)	(49,2)	7,7%
Material	(73,9)	(36,3)	103,7%
Serviço de terceiros	(15,7)	(15,1)	3,7%
Outros	(2,9)	(3,5)	-19,3%
Total	(145,5)	(104,2)	39,7%
Depreciação e amortização	(5,2)	(6,9)	-23,6%
Total	(150,7)	(111,0)	35,8%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- Pessoal: O aumento de 7,7% na comparação entre o 1T23 e o 1T22 é explicado principalmente pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 11,73% baseado no índice de inflação IPCA, além do aumento de quadro, parcialmente compensadas pelo ajuste não recorrente no 1T22 de cerca de R\$ 1,8 MM (sem efeito caixa) referente à provisão de férias, décimo terceiro, PLR e seus respectivos encargos de exercícios anteriores e pelo impacto do compartilhamento de custos e despesas de recursos humanos com as controladas em conjunto (Aimorés, Paraguaçu e ETAU).
- Material: O aumento de R\$ 37,6 MM se deve basicamente a (i) investimentos iniciais no empreendimento de Ananaí (+R\$ 14,4 MM), (ii) custos não recorrentes de O&M (+R\$ 6,9 MM) referentes a provisões para reposição florestal do projeto de Mariana, (iii) investimentos finais em Sant'Ana (+R\$ 6,2 MM) e (iv) investimentos iniciais em Pitiquari e Tangará.
- Serviços de terceiros: O aumento de 3,7% na comparação entre o 1T23 e o 1T22, foi influenciado basicamente por maiores gastos com serviços de TI, parcialmente compensados por menores despesas com serviços de manutenção de estradas de acessos, e serviços de limpeza e conservação da faixa de servidão.
- Outros: A redução anual de 19,3% se deve principalmente por ressarcimento recebido da Âmbar referente à aquisição de São João e redução na locação de equipamentos de TI, compensados em parte por aumento nas variações líquidas das provisões de processos cíveis nas concessões São João e Brasnorte.
- Depreciação e amortização: A redução de 23,6% é explicada pela liquidação antecipada do contrato de arrendamento de escritório administrativo no 2T22 e finalização de depreciação de melhorias relacionadas ao software SAP.



4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 1T23, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 547,4 MM com margem EBITDA de 79,0%. A redução de 20,8% do EBITDA IFRS na comparação com 1T22 é explicada principalmente pela menor receita de correção monetária do ativo contratual, em função da contração dos índices macroeconômicos (IGP-M e IPCA). Estes efeitos foram compensados em parte pelo aumento nas receitas de Operação e Manutenção e de Remuneração do Ativo Contratual e pela melhora da Parcela Variável por eventos não recorrentes.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

R\$ MM	1T23	1T22	Var.%
Receita líquida	692,9	795,6	-12,9%
Custos e despesas	(145,5)	(104,2)	39,7%
EBITDA	547,4	691,5	-20,8%
Margem EBITDA	79,0%	86,9%	-7,9 pp



4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 1T23 alcançou R\$ 598,1 MM, 13,7% maior que o registrado no 1T22, explicado pela entrada em operação parcial de Sant'Ana e pelo reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023 da RAP, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP de 8,7% entre o 1T23 e o 1T22 é explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA) e pela entrada em operação parcial de Sant'Ana em abril e dezembro de 2022. O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP das concessões ATE II e ATE III (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3).

A Parcela Variável (PV) registrou uma reversão de R\$ 5 MM no 1T23, apresentando uma melhora de R\$ 27,8 MM na comparação entre o 1T23 e o 1T22 em função da reversão parcial da PV contabilizada no 4T22 referente a queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2 (Novatrans) ocorrida em dezembro passado, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, conforme amplamente noticiado na mídia. A variação também foi impactada pelos eventos não recorrentes registrados no 1T22 na ATE (queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP, ocorrida em outubro de 2021, por evento climático severo) e Novatrans (desligamento intempestivo ocasionado na LT 500 kV Serra da Mesa-Gurupi C2, ocorrido em maio de 2021), ambos permanecendo em processos administrativos e judiciais devido a imprevisibilidade e inevitabilidade destes eventos fortuitos.

O aumento de 15,9% nas deduções da receita segue o aumento da receita operacional bruta.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	1T23	1T22	Var.%
RAP Concessionárias	653,1	600,9	8,7%
Parcela Variável	5,0	(22,8)	n/a
Receita do Serviço	658,1	578,1	13,8%
Outras receitas operacionais	0,3	0,1	326,3%
Receita operacional bruta	658,4	578,2	13,9%
PIS e COFINS	(36,1)	(33,4)	8,1%
ISS	(0,1)	(0,1)	18,3%
ICMS	(0,0)	(0,0)	184,8%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(24,1)	(18,6)	29,7%
Total Deduções	(60,3)	(52,0)	15,9%
Receita operacional líquida	598,1	526,1	13,7%



4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 149,9 MM no 1T23, 4,7% maior quando comparado ao 1T22. Os custos de PMSO somaram R\$ 76,3 MM, registrando um aumento de 6,4% quando comparado ao 1T22.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

(()			
1T23	1T22	Var.%	
(53,1)	(49,2)	7,7%	
(2,1)	(0,7)	205,9%	
(15,7)	(15,1)	3,7%	
(5,4)	(6,6)	-18,1%	
(76,3)	(71,7)	6,4%	
(73,6)	(71,4)	3,0%	
(149,9)	(143,1)	4,7%	
	(53,1) (2,1) (15,7) (5,4) (76,3) (73,6)	(53,1) (49,2) (2,1) (0,7) (15,7) (15,1) (5,4) (6,6) (76,3) (71,7) (73,6) (71,4)	

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças na linha de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 76,3 MM no 1T23 (+6,4% versus 1T22), explicado pelos seguintes eventos:

- Pessoal: O aumento de 7,7% na comparação entre o 1T23 e o 1T22 é explicado principalmente pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 11,73% baseado no índice de inflação IPCA, além do aumento de quadro, parcialmente compensadas pelo ajuste não recorrente no 1T22 de cerca de R\$ 1,8 MM (sem efeito caixa) referente à provisão de férias, décimo terceiro, PLR e seus respectivos encargos de exercícios anteriores e pelo impacto do compartilhamento de custos e despesas de recursos humanos com as controladas em conjunto (Aimorés, Paraguaçu e ETAU).
- **Material:** O aumento de R\$ 1,4 MM entre os períodos comparados se deve a maiores gastos com materiais de operação e manutenção na concessão NTE.
- Serviços de Terceiros: O aumento de 3,7% na comparação entre o 1T23 e o 1T22, foi influenciado basicamente por maiores gastos com serviços de TI, parcialmente compensados por menores despesas com serviços de manutenção de estradas de acessos e serviços de limpeza e conservação da faixa de servidão.
- Outros: A redução anual de 18,1% se deve principalmente a menores despesas em função de (i) ressarcimento recebido da Âmbar referente à aquisição de São João, (ii) liquidação antecipada dos contratos de aluguel de escritórios administrativos e (iii) aluguéis de veículos. Estes efeitos foram compensados em parte por aumento nas variações líquidas das provisões de processos cíveis nas concessões São João e Brasnorte.

O aumento de 3,0% na linha de depreciação e amortização, na comparação entre o 1T23 e o 1T22, refere-se basicamente à entrada em operação parcial de Sant'Ana em abril e dezembro de 2022.



4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

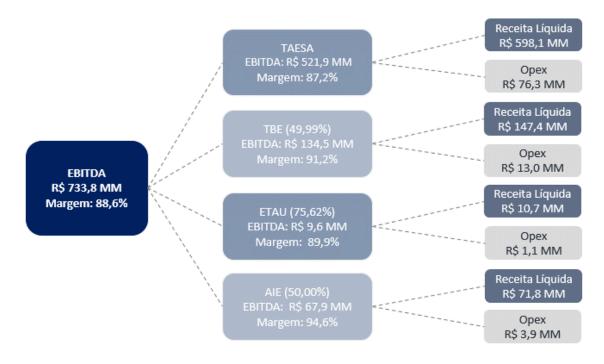
O EBITDA Regulatório do 1T23 atingiu R\$ 521,9 MM, 14,8% maior que o registrado no 1T22 e uma margem EBITDA de 87,2% (+0,9pp versus 1T22). Conforme mencionado anteriormente a entrada em operação parcial de Sant'Ana em abril e dezembro de 2022, o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA) e a melhora da Parcela Variável por eventos não recorrentes explicam o desempenho positivo do EBITDA e aumento da margem EBITDA na comparação anual.

No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

R\$ MM	1T23	1T22	Var.%
Receita líquida	598,1	526,1	13,7%
Custos e despesas	(76,3)	(71,7)	6,4%
EBITDA	521,9	454,4	14,8%
Margem EBITDA	87,2%	86,4%	0,9 pp

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no primeiro trimestre de 2023 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE*).



^{*} A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE.



4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 1T23 totalizou R\$ 187,4 MM, 11,0% menor que o 1T22.

Equivalência Patrimonial IFRS

	1T23	1T22	Var.%
ETAU	7,1	8,7	-18,9%
TBE	76,5	169,4	-54,9%
Aimorés	12,8	7,5	69,9%
Paraguaçu	19,1	15,9	19,9%
Ivaí	71,9	9,0	695,5%
Total Equivalência Patrimonial	187,4	210,7	-11,0%

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofreram este ajuste proforma.

A redução de 11,0% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 1T23 e o 1T22, se deve principalmente a: (i) redução da receita de correção monetária em função de um menor IGP-M e IPCA, com maior impacto na TBE; (ii) menores investimentos em função da entrada em operação ESTE (TBE), Paraguaçu e Aimorés; e (iii) maiores despesas financeiras da TBE, motivadas pelas novas captações no grupo e aumento do CDI no período. Estes efeitos foram compensados em parte por (i) maiores investimentos em Ivaí em função da fase final do empreendimento, (ii) menores despesas financeiras em Ivaí, impactada pelo menor IPCA acumulado no período, (iii) contabilização das receitas de correção monetária e de remuneração do ativo contratual das concessões Paraguaçu, Aimorés e Ivaí (parcial), uma vez que entraram em operação em 2022, e (iv) alteração do regime tributário da ETAU de lucro real para lucro presumido.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T23 totalizou R\$ 91,7 MM, 217,3% maior que o registrado no 1T22.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

1T23	1T22	Var.%
8,6	(2,3)	-
74,6	71,6	4,2%
7,2	0,2	-
10,1	0,1	13277,0%
4,8	(27,0)	-
105,3	42,6	147,6%
(13,6)	(13,6)	0,0%
91,7	28,9	217,3%
	8,6 74,6 7,2 10,1 4,8 105,3 (13,6)	8,6 (2,3) 74,6 71,6 7,2 0,2 10,1 0,1 4,8 (27,0) 105,3 42,6 (13,6) (13,6)

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofreram este ajuste proforma.

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T23 apresentou um aumento de R\$ 62,8 MM na comparação com 1T22, explicado pela (i) entrada em operação de Ivaí (parcial), ESTE (TBE), Paraguaçu e Aimorés, (ii) reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA), (iii) menores despesas financeiras na concessão de Ivaí em função do menor IPCA, e (iv) ajuste contábil registrado no 1T22 na linha de impostos diferidos da ETAU relativo ao exercício anterior. Estes efeitos foram compensados em parte pelas maiores despesas financeiras da TBE, motivadas pelas novas captações no grupo e aumento do CDI no período.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.



4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 281,7 MM no 1T23, 23,5% maior que o registrado no 1T22. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 281,6 MM, 23,6% maior na comparação anual.

Resultado Financeiro IFRS

1T23	1T22	Var.%
33,8	23,0	46,6%
33,8	23,0	46,6%
(315,5)	(251,2)	25,6%
(186,2)	(148,4)	25,5%
(117,8)	(102,7)	14,7%
-	0,0	n/a
(0,1)	(0,3)	-65,8%
(11,4)	0,2	n/a
(281,7)	(228,2)	23,5%
	33,8 33,8 (315,5) (186,2) (117,8) - (0,1) (11,4)	33,8 23,0 33,8 23,0 (315,5) (251,2) (186,2) (148,4) (117,8) (102,7) - 0,0 (0,1) (0,3) (11,4) 0,2

O aumento anual de 46,6% nas Receitas Financeiras ocorreu em função do aumento do CDI (3,20% no 1T23 x 2,38% no 1T22).

O crescimento de 25,5% na linha de juros incorridos se deve, basicamente, ao aumento do volume médio da dívida causado pelas 11ª, 12ª e 13ª emissões de debêntures e pelo aumento do CDI entre os períodos comparados, parcialmente compensado pela amortização da 9ª emissão de debêntures da Companhia.

O aumento anual de 14,7% na linha de variações monetárias e cambiais é explicado basicamente pelo maior volume médio da dívida indexado ao IPCA compensado em parte pela contração do índice registrado na comparação anual (2,00% no 1T23 x no 3,20% 1T22).

A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou uma variação negativa de R\$ 11,6 MM na comparação anual explicada, basicamente, por (i) menor receita financeira sobre correção de créditos tributários, (ii) menor receita de correção monetária dos depósitos judiciais e aumento da despesa de atualização dos processos judiciais e (iii) aumento do PIS, COFINS e IOF incidente sobre aplicações financeiras, como resultado do maior volume de captações e maior CDI.



4.15. Impostos

A redução de 43,0% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 1T23 e 1T22 é explicada basicamente pela redução do lucro antes dos impostos, em função da queda dos índices macroeconômicos, que impactou principalmente a correção monetária do ativo contratual, compensado em parte em parte pela mudança de regime tributário da concessão de Miracema de lucro presumido para lucro real.

R\$ MM		gulatório	ório			
Conciliação Imposto	1T23	1T22	Var.%	1T23	1T22	Var.%
Lucro antes do Impostos	447,9	667,1	-32,9%	258,4	184,0	40,4%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(152,3)	(226,8)	-32,9%	(87,8)	(62,6)	40,4%
Equivalência Patrimonial	63,7	71,6	-11,0%	31,2	9,8	217,3%
SUDAM/SUDENE	3,1	17,5	-82,6%	3,1	17,5	-82,6%
JCP Pago/Recebido	-	-	n/a	-	-	n/a
Empresas de Lucro Presumido	23,0	33,1	-30,5%	7,2	10,0	-28,2%
Outros	1,4	(2,6)	n/a	3,4	(12,6)	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(61,1)	(107,2)	-43,0%	(43,0)	(37,9)	13,6%
Alíquota Efetiva	13,7%	16,1%	-2,4 pp	16,6%	20,6%	-3,9 pp

Alíquota Efetiva - IFRS Alíquota Efetiva - Regulatório 34.0% 34.0% 34.0% 34.0% Equivalência Patrimonial Equivalência Patrimonial 5.3% 10.7% 14.2% 12.1% Benefício Fiscal Benefício Fiscal 4.1% 0.0% -1.2% 5.4% 0.0% · 0.7% JCP Pago/Recebido 0.0% JCP Pago/Recebido ^ Lucro Presumido/Outros / Alíquota Efetiva 20.6% 16.6% Alíquota Efetiva 16.1% 13.7% -1.4% Lucro Presumido/Outros / 1T22 1T23 1T22 1T23



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão TSN	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
ISIV	"Real"	"Sudene"	84%	2031	0.65%	3.00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2031	0.65%	3.00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0.65%	3.00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0.65%	3.00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0.65%	3.00%
ETEO	"Real"		-	-	0.65%	3.00%
NTE	"Real"	-	-	-	0.65%	3.00%
STE	"Real"	-	-	-	0.65%	3.00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0.65%	3.00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2031	1.65%	7.60%
BRASNORTE	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1.65%	7.60%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
São Gotardo	"Presumido"				0.65%	3.00%
Mariana	"Presumido"	_	_	-	0.65%	3.00%
Miracema**		"Sudam"	100%	2029		7.60%
	"Real"				1.65%	
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1.65%	7.60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1.65%	7.60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1.65%	7.60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
São João	"Presumido"	•	-	-	0.65%	3.00%
São Pedro	"Presumido"		•	•	0.65%	3.00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
Saíra	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
Ananaí	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
Tangará	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0.65%	3.00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2026	0.65%	3.00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0.65%	3.00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0.65%	3.00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1.65%	7.60%
ESDE	"Presumido"	-	-		1.65%	7.60%
STC	"Presumido"	-	-		0.65%	3.00%
ETSE	"Presumido"		-		0.65%	3.00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	62%	2032	1.65%	7.60%
Ivaí	"Real"				1.65%	7.60%
	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
TRANSUDESTE						
TRANSUDESTE TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0.65%	3.00%
	"Presumido" "Presumido"		-		0.65%	3.00%

^(**) O projeto se encontra em processo de solicitação do laudo definitivo perante a SUDAM para obtenção do benefício.



O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

<u>Lucro Real</u>: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

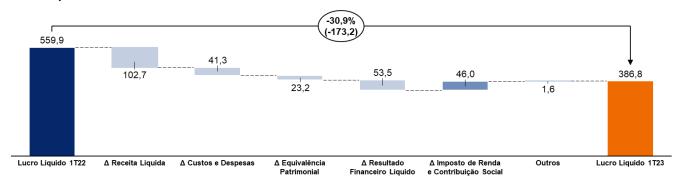
<u>Lucro Presumido</u>: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.



4.16. Lucro Líquido

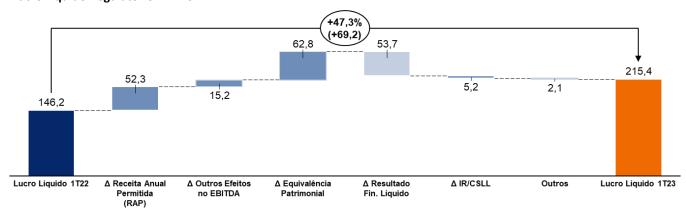
Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 386,8 MM no 1T23, apresentando uma redução de 30,9% que o registrado no 1T22.

Lucro Líquido IFRS - 1T23:



Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 215,4 MM no 1T23, apresentando um aumento anual de 47,3%.

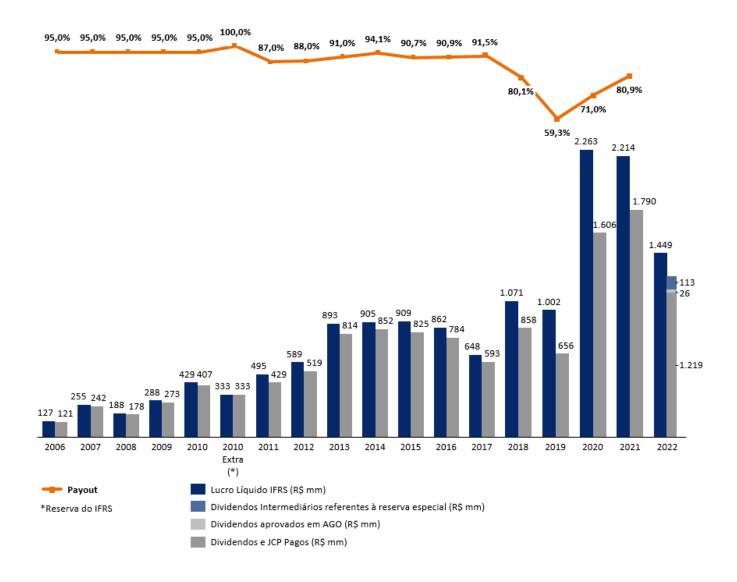
Lucro Líquido Regulatório – 1T23:





4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 27 de abril de 2023, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2022. O montante total de dividendos e juros sobre capital próprio aprovado sobre o resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 1.244.759.611,50, dos quais: (i) R\$ 353.958.594,59 foram pagos em 2022 a título de Dividendos Intercalares; (ii) R\$ 404.752.894,90 foram pagos em 2022 a título de Juros sobre Capital Próprio; (iii) R\$ 460.000.000,06 foram pagos em janeiro de 2023 a título de Dividendos Intercalares; e (iv) R\$ 26.048.121,95 a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes que serão pagos até o 31 de dezembro de 2023, com base na posição acionária do dia 3 de maio de 2023. A partir do dia 4 de maio de 2023, as ações passarão a ser negociadas "ex-dividendos" na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.





4.18. Endividamento

No 1T23, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 9.404,8 MM, 14,8% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.050,3 MM, registrando uma queda de 3,9% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 8.354,5 MM, 17,6% maior que o 4T22.

R\$ MM

Dívida Líquida	1T23	% Dív Bruta	4T22	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	807,9	8,6%	634,7	7,7%	27,3%
Taxa Fixa	1,0	0,0%	2,0	0,0%	-48,6%
CDI	186,1	2,0%	83,3	1,0%	123,4%
IPCA	620,8	6,6%	549,5	6,7%	13,0%
Longo Prazo	8.597,0	91,4%	7.560,3	92,3%	13,7%
Taxa Fixa	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-37,5%
CDI	3.173,6	33,7%	2.367,5	28,9%	34,1%
IPCA	5.423,3	57,7%	5.192,7	63,4%	4,4%
Endividamento Total	9.404,8	100,0%	8.195,0	100,0%	14,8%
(-) Caixa e Aplicações *	(1.050,3)		(1.093,5)		-3,9%
(=) Dívida Líquida	8.354,5		7.101,5		17,6%

^{*} O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 1T23 a dívida bruta totalizou R\$ 9.404,8 MM e o caixa R\$ 1.050,3 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 8.354,5 MM. A dívida bruta apresentou um amento no trimestre devido à 13ª emissão de debêntures da Companhia no montante de R\$ 1 bilhão.

A redução de 3,9% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicada principalmente pelo (i) pagamento da indenização no valor de R\$ 870,6 MM referente ao novo empreendimento Saíra, (ii) pagamento de dividendos de R\$ 460 MM em janeiro de 2023 e (iii) pagamento de juros da 11ª emissão de debêntures da Taesa e 1ª emissão de debêntures da Janaúba no valor total de R\$ 71 MM. Estes efeitos foram compensados pela 13ª emissão de debêntures, geração de caixa operacional e o aumento do CDI no período.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 11.705,9 MM e o caixa de R\$ 1.382,2 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.136,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 218,5 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 1,1 MM e caixa/aplicações de R\$ 12,0 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.163,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 101,4 MM.

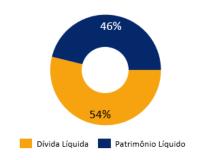
Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,9x no 1T23, acima do valor registrado no 4T22 (3,7x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 4,3x no 1T23 contra 3,8x registrado no 4T22.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	9.404,8	1.050,3	8.354,5
ETAU (75,6%)	1,1	12,0	-10,9
TBE (49,99%)	1.136,6	218,5	918,1
AIE (50%)	1.163,4	101,4	1.062,0
TOTAL	11.705,9	1.382,2	10.323,7

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofreram este ajuste proforma.

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)





A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
	3ª Debêntures	IPCA	654.589	15.036	IPCA+5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	Secretar Indice	Anual	1					
	5ª Debêntures		Anual	1					
	6ª Debêntures		Bullet	1					
	6ª Debêntures		Semestral	2					
	7ª Debêntures	IPCA	617.183	104.133	IPCA+4,50%	AAA.br	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	380.028	5.460	IPCA+4,7742%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	10 ^a Debêntures	CDI	645.684	36.471	CDI+1,70%	-	Mai/2028	Bullet	1
	10ª Debêntures	IPCA	111.314	2.045	IPCA+4,7605%	-	Mai/2036	Anual	1
	11ª Debêntures	CDI	149.078	4.386	CDI+1,18%	AAA.br	Mai/2025	Semestral	2
	11ª Debêntures	CDI	649.077	19.253	CDI+1,36%	AAA.br	Mai/2027	Semestral	2
Taesa	12ª Debêntures	IPCA	638.410	16.441	IPCA+5,60%	AAA.br	Abri/2029	Bullet	1
10230	12ª Debêntures	IPCA	296.399	8.037	IPCA+5,75%.a.a.	AAA.br	Abri/2032	Anual	1
	12ª Debêntures	IPCA	315.444	8.675	IPCA+5,85%	AAA.br	Abri/2037	Anual	1
	13ª Debêntures	IPCA	995.405	9.683	CDI+1,50% a.a.	AAA.br	fev/2025	Bullet	1
	SWAP - Citibank*	CDI	363.375	0,	CDI+0,65% a.a.	-	Set/2025	Bullet	1
	SWAP 1 ^a Série da 6 ^a emissão (BR Partners)	IPCA	114.341	0	IPCA+3,995% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	114.338	0	IPCA+3,99% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	57.180	0	IPCA+3,94% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1 ^a Série da 6 ^a emissão (BR Partners)	IPCA	57.095	0	IPCA+3,91% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1 ^a Série da 6 ^a emissão (Santander)	IPCA	56.488	0	IPCA+3,66% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	56.465	0	IPCA+3,59% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	952	1	3,00%	-	Jun/2023	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	76	0	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
Janaúba	1 ^a Debêntures	IPCA	241.691	2.274	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Semestral	2
Janauba	2ª Debêntures	IPCA	777.856	11.262	IPCA+4,8295% a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	50.435	2.368	IPCA+2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES - GIRO	TJLP	1.079	8	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	2.316	5	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
FATE	Page	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1			
EATE	9ª Debêntures	CDI	99.777	7.299	CDI+1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	10ª Debêntures	CDI	54.716	3.308	CDI+1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
	1ª Debêntures	CDI	4.098	9	112% CDI	-	jun/2023	Mensal	12
EBTE	2ª Debêntures	CDI	37.143	2.720	CDI+1,9%		Abr/2026	4 e 5º ano	1
	3ª Debêntures	CDI	33.322	2.017	CDI+1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	154.453	49.310	IPCA+5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
	5ª Debêntures	CDI	9.533	272	108,60% CDI		Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	12.301	162				Mensal	12
ECTE	6ª Debêntures	CDI	9.520	697	CDI+1,9%			4 e 5º ano	1
			11.393		·			4 e 5º ano	1
	4ª Debêntures				·			Bullet	1
ENTE					·			Mensal	12
		PCA 345-865 8.153 PCA + 5,93266 AA.b		4 e 5º ano	1				
									12
						-			
ETEP		Section Midice (85/mil) Clore Control Contro		Mensal	12				
					·	-	Data Final Out/2024 Set/2024 Jul/2025 Mai/2026 Mai/2026 Mai/2044 Set/2044 Dez/2044 Mai/2028 Mai/2028 Mai/2025 Mai/2025 Mai/2027 Abri/2029 Abri/2037 fety/2025 Set/2025 Mai/2026 Mai/2027 Jun/2033 Dez/2044 Mai/2038 Out/2033 Jun/2023 Jul/2024 Abr/2026 mai/2027 jun/2023 Abr/2026 mai/2027 Dez/2028 Jul/2024 Jul/2025 Abr/2026 mai/2027 Jul/2025 Mar/2026 mai/2027 Jul/2024 Jul/2025 Mar/2026 Mai/2027 Dez/2044 Mar/2025 Mar/2025 Jan/2024 Out/2029 Abr/2026 Abr/2026 Abr/2026 Abr/2026 Abr/2027 Dez/2044 Mar/2025 Mar/2025 Jan/2024 Out/2029 Abr/2026 Abr/2026 Abr/2026 Abr/2026 Abr/2026 Abr/2026	4 e 5º ano	1
						-		4 e 5º ano	1
ESTE					·	-		Semestral	2
TRANSLESTE						-		Mensal	12
						-	Data Final Out/2024 Set/2024 Jul/2025 Mai/2026 Mai/2024 Set/2044 Dez/2044 Set/2044 Dez/2044 Mai/2028 Mai/2025 Mai/2025 Mai/2025 Mai/2027 Mai/2025 Mai/2026 Mai/2027 Jul/2023 Jul/2024 Abr/2026 mai/2027 Dez/2028 Jul/2024 Jul/2025 Abr/2026 mai/2027 Jul/2025 Abr/2026 mai/2027 Jul/2025 Abr/2026 Mai/2027 Jul/2025 Abr/2026 Mai/2027 Jul/2025 Mai/2027 Jul/2025 Mai/2027 Jul/2025 Mai/2027 Jul/2025 Mai/2027 Jul/2025 Mai/2027 Jul/2025 Mai/2027 Dez/2044 Mar/2025 Mar/2026 Mai/2027 Dez/2044 Mar/2025 Mar/2026 Abr/2026	Mensal	12
						-		Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	1.496	82	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	3ª Debentures	CDI				-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
		pré-fix	903	64	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
IVAÍ		IPCA	1.149.067	14.286	IPCA+4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
	Total		11.269.362	436.531					

^{*} A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.



4.19. Investimentos

No 1T23 a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 1.176,4 MM contra R\$ 130,8 MM investidos no 1T22, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de cerca de R\$ 1 bilhão entre os períodos comparados se deve principalmente à indenização paga na assinatura do contrato de Saíra e aos maiores investimentos nos projetos de Ivaí, Ananaí e Sant'Ana, compensado em parte por menores investimentos em Paraguaçu, Aimorés e ESTE em função da conclusão destes projetos.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

	Custo de Implementação (Capex)											
R\$ Mil	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	1T23	TOTAL	
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	34.592	-	-	-	179.129	
Miracema		-	1.197	41.695	115.009	110.664	-	-	-	-	268.565	
Janaúba			-	10.190	30.741	116.074	655.111	162.130	-	-	974.246	
Aimorés			-	3.923	3.638	65.877	82.034	15.751	37.394	-	208.618	
Paraguaçu			-	5.750	4.611	110.848	108.966	40.506	92.716	-	363.396	
Ivaí			-	8.662	12.740	46.190	379.137	348.458	131.194	248.097	1.174.478	
ESTE			-	867,882279	4.546	6.243	122.486	140.757	28.481	-	303.380	
EDTE				-	14.635	175.155	1.837	-	-	-	191.626	
Sant'Ana					-	32.172	151.021	268.325	118.440	38.120	608.078	
Ananaí								-	106.917	14.759	121.676	
Pitiguari								-	3.816	2.195	6.011	
Tangará									-	2.199	2.199	
Saira ¹									-	871.021	871.021	
Total	2.619	4.751	22.378	109.195	208.716	718.306	1.535.184	975.927	518.958	1.176.390	5.272.424	

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. (1) O valor do 1T23 inclui o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior. Como a indenização está atrelada à parte do empreendimento que já se encontra em operação, a Companhia tratou a transação como uma aquisição de ativo de contrato de concessão, registrando em seu ativo exatamente o valor desembolsado, portanto, não afetando a demonstração de resultado em IFRS do trimestre.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente seis empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 6.832 MM e uma RAP de R\$ 924,1 MM (ciclo RAP 2022-2023) e reforços relevantes na concessão Novatrans com um investimento total ANEEL de R\$ 262,6 MM e uma RAP de R\$ 45,0 MM (ciclo RAP 2022-2023). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o investimento ANEEL é de R\$ 6.126 MM com uma RAP proporcional de R\$ 769,9 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2022-23) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	20,6	107	mai/14	mai/17	Concluído em 25/05/2020
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	86,4	276	jun/16	dez/19	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	92,2	368	dez/16	dez/19	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2º Parte	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espirito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE- TBE)	149,0	486	fev/17	fev/22	Concluído em 09/02/2022
	Janaúba (Lote 17)	545 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	257,6	960	fev/17	fev/22	Concluído em 01/09/2021
(Out/16)	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	105,4	341	fev/17	fev/22	Concluído em 06/05/2022
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	157,3	510	fev/17	fev/22	Concluído em 27/07/2022
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Lote 1)	593 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	398,5	1.937	ago/17	ago/22	Em andamento
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande do Sul	100% Taesa	77,8	610	mar/19	mar/23	Em andamento
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananaí (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	159,9	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 10)	93 km / Santa Catarina	100% Taesa	19,5	243	set/22	mar/27	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	351 km / Maranhão e Pará	100% Taesa	100,7	1.117	mar/23	mar/28	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Saíra (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% Taesa	167,7	1.175	mar/23	mar/28	Em andamento
TOTAL		4.408 km		R\$ 1.792 MM	R\$ 9.880 MM			

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima consideram PIS/COFINS.



Status dos Projetos

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Licença de Operação emitida em 17 de dezembro de 2021.
- Emissão do Termo de Liberação de Receita em 18 de fevereiro de 2022, com data retroativa a 9 de fevereiro de 2022.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 13 de março de 2023, com data retroativa a 3 de março de 2023.
- Concessão em operação.

<u>Aimorés</u>

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Licença de Operação emitida em fevereiro de 2022.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 6 de maio de 2022.
- Concessão em operação.

<u>Paraguaçu</u>

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 27 de julho de 2022.
- Concessão em operação.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Emissão dos Termos de Liberação para o corredor de 525kV para as linhas de transmissão LT Foz do Iguaçu – Guaíra, LT Guaíra – Sarandi e LT Sarandi – Londrina, emitidos retroativo a 1º de novembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação para SE Sarandí de 525/230 kV em 2 dezembro de 2023.



- Emissão dos Termos de Liberação para SE Paranavaí Norte 230/138 kV e unidade reserva, e do banco de capacitor 138kV de 30MVAr em 23 de janeiro de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação para LT Sarandi Paranavaí Norte, em 230 kV (circuito duplo) em 26 de janeiro de 2023.
- Avanço físico: 99% em 31 de março de 2023.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 Santa Maria
 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 Alegrete 2 e LT Livramento 3 Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022, retroativo a 28 de março de 2022.
- Termos de Liberação para a linha de transmissão LT Livramento 3 Maçambará 3, para subestação SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 emitido em 7 de dezembro de 2022, retroativo a 30 de novembro de 2022.
- Energização do trecho de LT Livramento 3 Santa Maria 3 e SE Santa Maria 3 em 2 de maio de 2023
- Avanço físico: 96,4% em 31 de março de 2023.

Ananaí

- Constituição da empresa Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Avanço físico: 10,8% em 31 de março de 2023.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. em junho de 2022 para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Avanço físico: 8,1% em 31 de março de 2023.

<u>Tangará</u>

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.

Saíra

- Constituição da empresa Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.



- Concessão em operação com direito a contabilização de aproximadamente 72,2% da RAP total do empreendimento a partir de 31 de março de 2023.
- Revitalizações do ativo em construção.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade, que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhoria contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

Para o período, as ações de destaque foram:

- Elaboração do relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes do GRI e dos ODS do Pacto Global ONU
- Realização do Processo de Materialidade e definição dos Tópicos Materiais a partir das premissas da GRI
- Elaboração do terceiro Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia GHG Protocol
- Consolidação do Programa de Diversidade por meio da criação do Comitê e da Política de Diversidade e Inclusão
- Adesão aos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres e associação ao Movimento +Mulher 360
- Adesão ao Movimento Raça é prioridade
- Disponibilização de painel de indicadores ASG no site de Relações com Investidores
- Manter-se signatária do Pacto Global da ONU comprometido com à Agenda 2030 (ODS)
- Emissão de 6 debêntures verdes
- Certificação Great Place to Work 2021-2022 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2021 Segmento Geração, Distribuição e Transmissão pelo 4º ano seguido
- Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos
- Adesão ao Movimento Transparência 100% da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas
- Planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Programa Segurança 100%
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas
- Listagem na B3 da TAESA nos índices ICO2 e IGPTW demonstrando o comprometimento no combate a mudanças climáticas e na busca por melhores condições e práticas no ambiente de trabalho

No início de 2021, foi criado o programa de Diversidade e Inclusão composto inicialmente por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. O Programa está dividido em 5 pilares: Empoderamento Feminino, 50+, LGBTQIA+, PCDs e Raça & Etnia.

Em 2023, o Programa segue com diversas ações e a seguir, elencamos algumas delas:



- Comitê de Diversidade
- Grupos de Afinidade
- Fóruns de Empoderamento Feminino
- Curso de formação de eletricistas para mulheres
- Palestras sobre os temas de diversidade
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PCDs
- Livro sobre Diversidade e Inclusão
- Programa de Mentoria 50+

Para mais informações, acesse o website de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2022): https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/#relatorio

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI: https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável** (PV) é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a Remuneração do Ativo Contratual, a Correção Monetária do Ativo Contratual, a Receita de Implementação de Infraestrutura e a Receita de O&M são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

R\$ MM						1T23
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	PV
NOVATRANS	57,6	8,5	0,1	50,7	0,3	12,5
TSN	19,9	3,6	0,4	95,9	0,3	(2,4)
MUNIRAH	1,5	0,3	0,1	6,3	0,0	(1,4)
GTESA	0,8	0,2	-	0,9	3,2	(0,0)
PATESA	2,5	0,6	-	2,4	0,0	-
ETEO	11,0	2,3	-	19,2	0,3	-
NTE	14,4	2,1	0,0	15,6	0,1	0,0
STE	8,5	1,8	0,0	6,2	0,0	(0,2)
ATE	14,6	3,3	-	12,0	0,1	-
ATE II	17,5	4,4	0,1	26,9	0,2	(0,0)
ATE III	7,7	7,2	0,0	12,6	0,3	(0,0)
ETAU	2,1	0,8	-	3,9	2,8	0,0
BRASNORTE	6,2	4,2	-	0,8	0,8	(2,6)
SÃO GOTARDO	0,9	1,4	-	0,3	(0,0)	-
SÃO JOÃO	10,0	12,2	-	2,3	0,0	-
SÃO PEDRO	10,1	11,4	-	1,8	1,9	(0,2)
LAGOA NOVA	3,1	2,6	-	0,5	0,0	0,0
MARIANA	3,6	4,8	-	0,5	0,0	-
MIRACEMA	15,2	13,1	-	5,0	0,7	(0,3)
JANAÚBA	52,8	43,3	-	6,1	0,2	(0,3)
SANT'ANA	9,7	9,0	46,1	1,1	(0,9)	(0,2)
ANANAÍ	-	-	22,2	-	-	-
PITIGUARI	-	-	2,7	-	-	-
SAÍRA	-	-	0,4	-	-	-
TANGARÁ	-	-	3,1	-	-	-
AIMORÉS	9,5	9,6	-	2,0	0,0	-
PARAGUAÇÚ	14,7	15,0	-	2,4	0,0	-
IVAÍ	34,4	(0,1)	251,2	-	9,0	-
EATE	17,0	5,8	-	8,6	0,0	(0,1)
EBTE	4,7	7,5	1,4	2,8	(0,3)	(0,0)
ECTE	1,3	0,5	-	0,7	(0,0)	-
EDTE	9,0	7,9	-	1,4	-	(0,0)
ENTE	9,4	3,5	-	4,4	(0,0)	(0,0)
ERTE	1,8	0,7	-	1,6	2,3	-
ESDE	1,2	1,4	-	0,4	(0,1)	(0,0)
ESTE	13,3	13,2	-	3,1	0,0	-
ETEP	3,5	1,2	-	2,7	(0,1)	-
ETSE	0,9	1,2	-	0,2	(0,1)	-
LUMITRANS	0,8	0,3	-	0,6	(0,0)	-
STC	0,9	1,2	-	0,9	(1,4)	(0,0)
TRANSIRAPE	2,0	0,6	-	0,9	(2,0)	-
TRANSLESTE	2,9	0,6	-	0,7	0,0	-
TRANSUDESTE	1,5	0,4	-	0,6	-	-
Total	398,3	207,9	327,8	305,1	17,8	4,8



5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 4T22	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	Ativo Contratual 1T23
NOVATRANS	10%	1.636,2	57,6	8,5	0,1	50,7	0,3	(134,2)	1.619,1
TSN	11%	802,0	19,9	3,6	0,4	95,9	0,3	(126,9)	795,3
MUNIRAH	12%	62,5	1,5	0,3	0,1	6,3	0,0	(8,3)	62,5
GTESA	11%	31,0	0,8	0,2	-	0,9	3,2	(5,4)	30,7
PATESA	8%	130,3	2,5	0,6		2,4	0,0	(6,7)	129,2
ETEO	10%	441,3	11,0	2,3		19,2	0,3	(40,1)	433,8
NTE	15%	410,8	14,4	2,1	0,0	15,6	0,1	(35,1)	408,0
STE	10%	343,2	8,5	1,8	0,0	6,2	0,0	(19,3)	340,4
ATE	10%	637,2	14,6	3,3		12,0	0,1	(33,9)	633,3
ATE II	9%	855,1	17,5	4,4	0,1	26,9	0,2	(53,1)	851,1
ATE III ¹³	7%	466,3	7,7	7,2	0,0	12,6	0,3	(40,0)	454,0
ETAU ³	18%	113,1	2,1	0,8		3,9	2,8	(11,5)	112,6
BRASNORTE ³	6%	228,6	6,2	4,2		0,8	0,8	(8,9)	231,6
SÃO GOTARDO¹	5%	72,6	0,9	1,4		0,3	(0,0)	(1,7)	73,5
SÃO JOÃO ¹³	6%	656,3	10,0	12,2		2,3	0,0	(15,6)	665,1
SÃO PEDRO ¹³	6%	619,7	10,1	11,4		1,8	1,9	(16,6)	628,3
LAGOA NOVA ¹³	9%	139,0	3,1	2,6		0,5	0,0	(4,0)	141,3
MARIANA ¹³	6%	255,7	3,6	4,8		0,5	0,0	(5,2)	259,4
MIRACEMA ¹³	9%	679,1	15,2	13,1		5,0	0,7	(22,9)	690,3
JANAÚBA ¹³	10%	2.253,3	52,8	43,3		6,1	0,2	(64,6)	2.291,0
SANT'ANA ¹²³	9%	<u>-</u>	9,7	9,0	46,1	1,1	(0,9)	(10,78)	654,1
ANANAͲ	7%	153,4		-	22,2	-		-	175,6
PITIGUARI ²	5%	5,8		-	2,7	-		-	8,6
SAÍRA ²	9%			-	0,4	-		-	871,0
TANGARÁ ²	5%			-	3,1	-		-	3,1
AIMORÉS ¹²³⁴	8%	497,5	9,5	9,6	-	2,0	0,0	(13,2)	505,5
PARAGUAÇÚ ¹²³⁴	8%	784,0	14,7	15,0	-	2,4	0,0	(19,7)	796,5
IVAÍ ¹²³⁴	8%	1.812,2	34,4	(0,1)	251,2	-	9,0	(46,0)	2.060,0
EATE ³	7%	1.070,0	17,0	5,8		8,6	0,0	(49,6)	1.051,9
EBTE ¹	4%	428,7	4,7	7,5	1,4	2,8	(0,3)	(16,2)	428,6
ECTE	6%	88,3	1,3	0,5	-	0,7	(0,0)	(4,1)	86,7
EDTE ¹³	9%	412,3	9,0	7,9	-	1,4	-	(11,5)	419,1
ENTE	6%	647,0	9,4	3,5	-	4,4	(0,0)	(25,5)	638,7
ERTE	5%	136,2	1,8	0,7	-	1,6	2,3	(8,1)	134,5
ESDE ¹	7%	72,0	1,2	1,4	-	0,4	(0,1)	(2,0)	72,8
ESTE ¹³	8%	684,2	13,3	13,2	-	3,1	0,0	(18,6)	695,1
ETEP	6%	227,9	3,5	1,2		2,7	(0,1)	(11,1)	224,3
ETSE ¹	6%	63,7	0,9	1,2	-	0,2	(0,1)	(1,4)	64,5
LUMITRANS	5%		0,8	0,3		0,6	(0,0)	(3,0)	67,0
STC ¹	5%	71,8	0,9	1,2		0,9	(1,4)	(1,8)	71,7
TRANSIRAPE ⁵	8%	116,2	2,0	0,6		0,9	(2,0)	(2,7)	115,0
TRANSLESTE ⁵	10%	116,2	2,9	0,6		0,7	0,0	(5,0)	
TRANSUDESTE ⁵	8%	79,3	1,5	0,0		0,7		(3,1)	78,8
INANSUDESTE	070	18.981,5	1,5	0,4		0,0		(5,1)	/0,8

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS



² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo to Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do calculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

5.3. DRE 1T23

DRE

IFRS				Re	Regulatório	
R\$ mil	1T23	1T22	Var.%	1T23	1T22	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	653.120	600.865	8,7%
Operação e manutenção	267.208	239.853	11,4%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	267.466	254.078	5,3%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	136.421	333.162	-59,1%	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	75.100	49.905	50,5%	-	-	-
Outras receitas operacionais	7.473	6.855	9,0%	299	70	326,3%
Parcela variável	5.015	(22.771)	-	5.015	(22.771)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	758.684	861.082	-11,9%	658.434	578.164	13,9%
PIS e COFINS	(41.533)	(46.750)	-11,2%	(36.066)	(33.352)	8,1%
ISS	(116)	(98)	18,3%	(116)	(98)	18,3%
ICMS	(3)	(1)	184,8%	(3)	(1)	184,8%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(24.116)	(18.586)	29,7%	(24.116)	(18.586)	29,7%
Outras deduções	-	-		-	-	
Deduções da receita operacional bruta	(65.768)	(65.436)	0,5%	(60.301)	(52.038)	15,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	692.916	795.646	-12,9%	598.133	526.127	13,7%
Pessoal	(53.055)	(49.245)	7,7%	(53.055)	(49.245)	7,7%
Material	(73.889)	(36.269)	103,7%	(2.099)	(686)	205,9%
Serviços de terceiros	(15.667)	(15.102)	3,7%	(15.667)	(15.102)	3,7%
Outras despesas operacionais	(2.856)	(3.540)	-19,3%	(5.447)	(6.647)	-18,1%
Custos e Despesas	(145.467)	(104.157)	39,7%	(76.267)	(71.681)	6,4%
Depreciação e amortização	(5.236)	(6.856)	-23,6%	(73.595)	(71.449)	3,0%
Custos, Despesas e D&A	(150.703)	(111.013)	35,8%	(149.862)	(143.129)	4,7%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	542.213	684.633	-20,8%	448.271	382.997	17,0%
Resultado de equivalência patrimonial	187.409	210.659	-11,0%	91.700	28.903	217,3%
Renda de aplicação financeira	33.783	23.047	46,6%	33.783	23.047	46,6%
Despesas financeiras	(315.486)	(251.227)	25,6%	(315.375)	(250.905)	25,7%
Empréstimos e financiamentos	2.530	89.169	-97,2%	2.530	89.169	-97,2%
- Juros incorridos	(6.801)	(2.645)	157,1%	(6.801)	(2.645)	157,1%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	6.461	88.151	-92,7%	6.461	88.151	-92,7%
- Ajuste ao valor justo	2.869	3.664	-21,7%	2.869	3.664	-21,7%
Instrumentos financeiros derivativos	(17.109)	(104.690)	-83,7%	(17.109)	(104.690)	-83,7%
- Juros incorridos	(7.779)	(12.875)	-39,6%	(7.779)	(12.875)	-39,6%
- Variação cambial	(6.461)	(88.151)	-92,7%	(6.461)	(88.151)	-92,7%
- Variações monetárias	-	-	_	-	-	
- Ajuste ao valor justo	(2.869)	(3.664)	-21,7%	(2.869)	(3.664)	-21,7%
Debêntures	(289.427)	(235.550)	22,9%	(289.427)	(235.550)	22,9%
- Juros incorridos	(171.652)	(132.847)	29,2%	(171.652)	(132.847)	29,2%
- Variações monetárias	(117.776)	(102.703)	14,7%	(117.776)	(102.703)	14,7%
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-
		(322)	-65,8%			_
Despesa Financeira – Arrendamento	(110)		,			
Despesa Financeira – Arrendamento Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(110) (11.368)	166	-	(11.368)	166	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(11.368)	166	23.5%	(11.368) (281.592)		23.6%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas Resultado financeiro	(11.368) (281.703)	166 (228.180)	23,5%	(281.592)	(227.858)	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas Resultado financeiro RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(11.368) (281.703) 447.920	166 (228.180) 667.112	-32,9%	(281.592) 258.379	(227.858) 184.043	23,6% 40,4% 13,6%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas Resultado financeiro RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.368) (281.703) 447.920 (61.148)	166 (228.180) 667.112 (107.188)	- 32,9% -43,0%	(281.592) 258.379 (43.011)	(227.858) 184.043 (37.860)	40,4% 13,6%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas Resultado financeiro RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(11.368) (281.703) 447.920	166 (228.180) 667.112	-32,9%	(281.592) 258.379	(227.858) 184.043	40,4%



5.4. DRE IFRS 1T23 (Subsidiárias)

DRE IFRS

DREIFNS					
R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.865	29.655	2.032	2.373	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	2.078	70.247	9.476	14.703	34.356
Correção monetária do ativo contratual de concessão	826	46.153	9.596	15.045	(108)
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	1.435	-	-	251.237
Outras receitas operacionais	2.788	1.668	28	0	-
Parcela variável	1	(211)	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9.558	148.948	21.133	32.121	285.484
PIS e COFINS	(520)	(9.015)	(1.986)	(3.013)	(27.241)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(351)	(5.518)	(165)	(176)	(418)
Deduções da receita operacional bruta	(871)	(14.533)	(2.151)	(3.190)	(27.659)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.686	134.414	18.981	28.932	257.825
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(753)	(6.461)	(319)	(542)	(485)
Material	(457)	(2.226)	8	(3)	(124.048)
Serviços de terceiros	(258)	(4.131)	(106)	(155)	(2.036)
Outras despesas operacionais	(5)	(1.173)	(34)	(39)	(154)
Custos e Despesas	(1.473)	(13.991)	(451)	(739)	(126.724)
Depreciação e amortização	(47)	(178)	(9)	(13)	(34)
Custos, Despesas e D&A	(1.520)	(14.169)	(459)	(753)	(126.758)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.166	120.245	18.522	28.179	131.068
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	360	5.039	995	752	1.564
Despesas financeiras	(26)	(41.280)	(90)	(46)	(33.546)
Resultado financeiro	334	(36.241)	905	705	(31.983)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7.500	84.004	19.427	28.885	99.085
Imposto de Renda e Contribuição Social	(413)	(7.614)	(6.607)	(9.818)	(36.189)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.087	76.390	12.821	19.067	62.896
EBITDA	7.213	120.423	18.531	28.192	131.102
Margem EBITDA	83,0%	89,6%	97,6%	97,4%	50,8%



5.5. DRE Regulatório 1T23 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
11.488	161.486	13.199	19.659	46.711
-	-	-	-	-
-	(211)	-	-	-
11.488	161.275	13.199	19.659	46.711
(420)	(8.333)	(1.258)	(1.876)	(4.321)
(351)	(5.518)	(165)	(176)	(2)
(771)	(13.851)	(1.423)	(2.052)	(4.323)
10.717	147.424	11.777	17.607	42.388
(753)	(6.461)	(319)	(542)	(485)
(9)	(248)	(5)	(17)	-
(258)	(4.131)	(106)	(155)	(2.036)
(65)	(2.118)	(34)	(39)	(154)
(1.085)	(12.959)	(464)	(753)	(2.675)
(874)	(16.096)	(1.357)	(2.301)	(34)
(1.960)	(29.055)	(1.821)	(3.054)	(2.710)
8.757	118.369	9.955	14.553	39.679
-	-	-	-	-
360	5.039	995	752	1.564
(26)	(41.280)	(90)	(46)	(33.546)
335	(36.241)	905	705	(31.983)
9.092	82.128	10.860	15.258	7.696
(472)	(7.575)	(3.694)	(5.185)	(2.896)
8.620	74.554	7.166	10.073	4.800
9.632	134.465	11.313	16.854	39.713
89,9%	91,2%	96,1%	95,7%	93,7%
	11.488	11.488 161.486 - (211) 11.488 161.275 (420) (8.333) (351) (5.518) (771) (13.851) 10.717 147.424 (753) (6.461) (9) (248) (258) (4.131) (65) (2.118) (1.085) (12.959) (874) (16.096) (1.960) (29.055) 8.757 118.369	11.488 161.486 13.199 -	11.488



5.6. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

R\$ MM	1T23	1T22	Var.%
Lucro Líquido	386,8	559,9	-30,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	61,1	107,2	-43,0%
Despesas Financeiras Líquidas	281,7	228,2	23,5%
Depreciação e Amortização	5,2	6,9	-23,6%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(187,4)	(210,7)	-11,0%
EBITDA	547,4	691,5	-20,8%
Margem EBITDA	79,0%	86,9%	-7,9 pp

Reconciliação EBITDA Regulatório

R\$ MM	1T23	1T22	Var.%
Lucro Líquido	215,4	146,2	47,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	43,0	37,9	13,6%
Despesas Financeiras Líquidas	281,6	227,9	23,6%
Depreciação e Amortização	73,6	71,4	3,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(91,7)	(28,9)	217,3%
EBITDA	521,9	454,4	14,8%
Margem EBITDA	87,2%	86,4%	0,9 pp



5.7. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial			
	1T23		1T23
R\$ mil	IFRS	Ajustes	Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.039.721	-	1.039.721
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	
Clientes	242.392		242.392
Ativo contratual de concessão	1.468.366	1.468.366	<u>-</u>
Impostos e contribuições sociais	260.217		260.217
Cauções e depósitos vinculados Instrumentos financeiros derivativos	11		11
Dividendos e JCP a receber	128.081		128.081
Estoque	16.827		16.827
Outras contas a receber	40.461		40.461
Total do Ativo Circulante	3.196.076	1.468.366	1.727.710
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	10.597	-	10.597
Ativo contratual de concessão	10.981.911	10.981.911	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos		(32.424)	32.424
Impostos e contribuições sociais		-	
Investimentos	3.749.486	2.334.972	1.414.514
Clientes	32.671		32.671
Depósitos judiciais	56.512	-	56.512
Instrumentos financeiros derivativos			
Outras contas a receber	51.853		51.853
Imobilizado	213.410	(7.215.208)	7.428.618
Intangível Direito de uso	3.355	(251.601) 3.355	392.229
Total do Ativo Não Circulante	15.240.423	5.821.005	9.419.418
Total do Ativo	18.436.499	7.289.371	11.147.128
Passivos	16.430.499	7.209.371	11.147.128
Fornecedores	105.310		105.310
Impostos e contribuições sociais	41.973		41.973
Empréstimos e financiamentos	6.865		6.865
Debêntures	800.989		800.989
Passivo de arrendamento	596	596	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	26.108	-	26.108
Taxas regulamentares	61.999	-	61.999
Outras contas a pagar	88.309	32.727	55.582
Total do Passivo Circulante	1.132.149	33.323	1.098.826
Empréstimos e financiamentos	410.133		410.133
Debêntures	8.130.706	-	8.130.706
Passivo de arrendamento	3.423	3.423	-
Instrumentos financeiros derivativos	56.118		56.118
Impostos e contribuições diferidos Tributos diferidos	1.433.636 671.692	1.274.742 671.692	158.894
Provisão para contingências	63.146	2.594	60.552
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	- 00.552
Obrigações especiais		(20.011)	20.011
Fornecedores	17.736	-	17.736
Outras contas a pagar	26.572	-	26.572
Total do Passivo Não Circulante	10.813.195	1.932.473	8.880.722
Total do Passivo	11.945.344	1.965.796	9.979.548
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.042.035		3.042.035
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	2.459.295	-	2.459.295
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	4.317	-	4.317
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados		5.147.942	(5.147.942)
Resultado do período	386.772	171.404	215.368
Atribuído a participação dos acionistas controladores	6.491.155	5.323.575	1.167.580
Participação de acionistas não controladores	-		
Total de Passiva e de Patrimônio Líquido	6.491.155	5.323.575	1.167.580
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	18.436.499	7.289.371	11.147.128



5.8. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	
R\$ mil	1T23 IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	IFRS
Resultado do período	386.772
Itens de resultado que não afetam o caixa: Resultado de equivalência patrimonial	(187.406)
Depreciação e amortização	3.579
Amortização de direito de uso	1.657
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	1.799
Provisão (Reversão) para compensação ambiental Receita de aplicações financeiras	(307)
Custo Implementação - provisão fornecedores	58.027
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ	(2.529)
Juros e variações monetárias sobre debêntures Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	289.428
Juros passivo de arrendamento	110
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.071
Imposto de renda e contribuição social diferidos Tributos diferidos	51.077
Remuneração do ativo financeiro	- 3.407
Correção monetária do ativo financeiro	
Remuneração do ativo contratual de concessão	(267.466)
Correção monetária do ativo contratual de concessão Receita de Implementação de Infraestrutura	(136.421)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	- (************************************
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(372)
Despesa de atualização monetária de contingências Provisão (Reversão) para parcela variável	4.030 (17.731)
Provisao (Neversao) para parcera variaver	141.794
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(21.784)
(Aumento) Redução no saldo de ativo financeiro (Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	(491.886)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	220
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos (Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(3.781)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(85.980)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(68)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar Dividendos recebidos das controladas	(20.828)
Dividendos e JCP recebidos das controladas Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	49.229
	(574.878)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais Imposto de renda e contribuição social pagos	(433.084)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(455.701)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de TVM e outros investimentos	7
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(21.743)
(Adições) baixas no investimento Aquisição de controladas	
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	
Aquisição de controladas em conjunto	
Aquisição de coligadas Aumento de capital em controladas	
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
and the state of t	
Aumento de capital em coligadas	
Aumento de capital de empresas ligadas	
	(21.736)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	-
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - principal	(21.736)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(21.736) (21.736) (1.851) (10.881)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - principal	(21.736)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros Captação de debêntures Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - principal	(21.736) (21.736) (1.851) (10.881) 995.181
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros Captação de debêntures Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - juros Pagamento de lebêntures - juros	(21.736) (21.736) (1.851) (10.881) 995.181 (6.151)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros Captação de debêntures Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - juros Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	(21.736) (1.851) (10.881) 995.181 (6.151) (64.416) (15.310)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros Captação de debêntures Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - juros Pagamento de lebêntures - juros	(21.736) (1.851) (10.881) 995.181 (6.151) (64.416)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros Captação de debêntures Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - juros Pagamento de jurios Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ Pagamento de passivo de arrendamento Pagamento de dividendos e JCP Adiantamento para futuro aumento de capital	(21.736) (1.851) (10.881) 995.181 (6.151) (64.416) (15.310) (2.591)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros Captação de debêntures Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - juros Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ Pagamento de passivo de arrendamento Pagamento de dividendos e JCP Adiantamento para futuro aumento de capital Aumento de capital	(21.736) (1.851) (10.881) 995.181 (6.151) (64.416) (15.310) (2.591)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros Captação de debêntures Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - juros Pagamento de jurios Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ Pagamento de passivo de arrendamento Pagamento de dividendos e JCP Adiantamento para futuro aumento de capital	(21.736) (1.851) (10.881) 995.181 (6.151) (64.416) (15.310) (2.591)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros Captação de debêntures Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - juros Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ Pagamento de passivo de arrendamento Pagamento de dividendos e JCP Adiantamento para futuro aumento de capital Outros	(21.736) (1.851) (10.881) 995.181 (6.151) (64.416) (15.310) (2.591) (459.997)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de debêntures Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - principal Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ Pagamento de dividendos e JCP Adiantamento para futuro aumento de capital Aumento de capital Outros Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	(21.736) (1.851) (10.881) 995.181 (6.151) (64.416) (15.310) (2.591) (459.997)
Aumento de capital de empresas ligadas Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros Captação de debêntures Pagamento de debêntures - principal Pagamento de debêntures - principal Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ Pagamento de passivo de arrendamento Pagamento de dividendos e JCP Adiantamento para futuro aumento de capital Aumento de capital Outros Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(21.736) (1.851) (10.881) 995.181 (6.151) (64.416) (15.310) (2.591) (459.997) 433.984 (43.453)



5.9. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	4722
R\$ mil	1T23 Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	215.368
Itens de resultado que não afetam o caixa: Resultado de equivalência patrimonial	(91.700)
Depreciação e amortização	73.595
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	1.799
Provisão (Reversão) para compensação ambiental Receita de aplicações financeiras	- (207)
Custo Implementação - provisão fornecedores	(307)
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ	(2.529)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	289.428
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	17.109
Juros passivo de arrendamento Imposto de renda e contribuição social correntes	10.071
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.940
Tributos diferidos	-
Remuneração do ativo financeiro	-
Correção monetária do ativo financeiro	
Remuneração do ativo contratual de concessão Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(372)
Despesa de atualização monetária de contingências	4.030
Provisão (Reversão) para parcela variável	(17.731)
Variações nos ativos e passivos:	531.701
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(21.784)
(Aumento) Redução no saldo de ativo financeiro	-
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	220
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos (Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(3.781)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(27.948)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(68)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(20.828)
Dividendos recebidos das controladas	40.220
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	49.229 (24.960)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	506.741
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.617)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	484.124
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de TVM e outros investimentos	7
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível (Adições) baixas no investimento	(964.159)
Aquisição de controladas	
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	
Aumento de capital em controladas	<u> </u>
Aumento de capital em controladas em conjunto Aumento de capital em coligadas	
Aumento de capital de empresas ligadas	
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(964.152)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(1.851)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(10.881)
Captação de debêntures Pagamento de debêntures - principal	995.181
Pagamento de debentures - juros	(64.416)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(15.310)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Pagamento de dividendos e JCP Adiantamento para futuro aumento de capital	(459.997)
Adiantamento para futuro aumento de capital	
Aumento de capital	
Aumento de capital Outros	-
	436.575
Outros	
Outros Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	
Outros Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(43.453)



Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A "dívida líquida" não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.

